# Imagens da Política na Experiência Democrática

## O acervo de fotografias de Francisco Brochado da Rocha (1945-1962)

Douglas Souza Angeli
Samuel da Silva Alves

15

A importante coleção de fotografias do acervo particular de Francisco Brochado da Rocha no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul ainda é pouco conhecida, mas contém grande potencial para a produção de conhecimento sobre a história visual da política do Rio Grande do Sul. Com esta publicação, pretendemos contribuir com a divulgação do acervo de fotografias que constitui parte de um acervo maior e, com isso, colaborar com a promoção e divulgação da importância dos acervos do AHRS para a memória política e para a pesquisa histórica.

9 788556 966490

editora fi.org

CC BY SA

# Imagens da Política na Experiência Democrática

Série Historicus

## Comitê Editorial


**CAROLINE TECCHIO**
Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

**DANIELE BROCARDO**
Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

**DOUGLAS SOUZA ANGELI**
Doutorando em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

**EVERTON FERNANDO PIMENTA**
Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

**GUILHERME FRANCO DE ANDRADE**
Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

**LEANDRO DE ARAÚJO CRESTANI**
Doutorando em História, Universidade de Évora, Évora (Portugal)

**LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS**
Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

**LUIZ ALBERTO GRIJÓ**
Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

**RAFAEL GANSTER**
Mestre em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

**RAFAEL HANSEN QUINSANI**
Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

**RAFAEL SARAIVA LAPUENTE**
Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

**TIAGO ARCANJO ORBEN**
Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

**VINÍCIUS AURÉLIO LIEBEL**
Doutor em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ

# Imagens da Política na Experiência Democrática

## O acervo de fotografias de Francisco Brochado da Rocha (1945-1962)

Douglas Souza Angeli
Samuel da Silva Alves

**Diagramação:** Marcelo A. S. Alves
**Capa:** Lucas Margoni

**O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.**

Todos os livros publicados pela Editora Fi
estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

http://www.abecbrasil.org.br

Série Historicus - 15

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

ANGELI, Douglas Souza; ALVES, Samuel da Silva

Imagens da política na experiência democrática: o acervo de fotografias de Francisco Brochado da Rocha (1945-1962) [recurso eletrônico] / Douglas Souza Angeli; Samuel da Silva Alves -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

87 p.

ISBN - 978-85-5696-649-0

Disponível em: http://www.editorafi.org

1. História; 2. Rio Grande do Sul; 3. Política; 4. Registros fotográficos; 5. Francisco Brochado da Rocha; I. Título

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:
1. História 900

# Sumário

**Apresentação** ..... **9**
Rejane Silva Penna

**Introdução** ..... **13**
Douglas Souza Angeli; Samuel da Silva Alves

**Capítulo 1** ..... **17**
**Francisco Brochado da Rocha e seu acervo**

1.1 De deputado estadual a primeiro-ministro: a trajetória política de Francisco Brochado da Rocha ..... 17

1.2 O acervo de Francisco Brochado da Rocha ..... 26

**Capítulo 2** ..... **29**
**As fotografias do acervo de Francisco Brochado da Rocha**

2.1 Informações sobre o acervo iconográfico ..... 29

2.2 Imagens do acervo ..... 31

**Capítulo 3** ..... **45**
**Imagens da experiência democrática no Rio Grande do Sul (1945-1962)**

3.1 O fazer da política na época de Francisco Brochado da Rocha ..... 45

3.2 Imagens da experiência democrática no Rio Grande do Sul a partir do acervo de Francisco Brochado da Rocha ..... 57

3.2.1 As campanhas eleitorais ..... 66

**Considerações finais** ..... **81**

**Referências** ..... **83**

**Informações sobre os autores** ..... **87**

# Apresentação

# Reencontro com o Acervo de Brochado da Rocha

*Rejane Silva Penna* [1]

## Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Na metade dos anos 90 ainda iniciava minha trajetória como Historiógrafa na Secretaria de Estado da Cultura, criada em 1990, fruto de muitas lutas da comunidade de artistas, políticos e intelectuais.

E foi neste período que o então Secretário, Carlos Jorge Appel, determinou pessoalmente a tarefa para que eu e o saudoso Luiz Carlos Carneiro, posteriormente Diretor do Arquivo Histórico do RS, fôssemos até a residência em que se encontrava uma pessoa do círculo de parentesco do conhecido e respeitado político Brochado da Rocha, falecido em 1962.

Ao chegarmos - o apartamento ficava em um edifício situado na esquina da Ramiro Barcelos com Independência - fomos levados a uma sala onde se espalhavam por várias caixas, documentos, jornais e fotografias. A pessoa responsável logo nos avisou: olhem e vejam se interessa. Não vamos guardar tudo isso. Vamos sair do apartamento e não temos onde deixar todos estes papéis.

A urgência para a tomada de decisões fez com que contrariássemos as normas, em que se avalia o acervo e se realiza uma listagem completa do material, fazendo o doador ler e assinar o que está sendo levado embora. Imediatamente, após um primeiro

---

[1] Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Historiógrafa na Secretaria de Estado da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul.

olhar, que nos deu a certeza do valor documental, fizemos rapidamente uma listagem geral e comunicamos à Secretaria da necessidade urgente de enviar um veículo para a retirada. Realizou-se assim a posse, pelo Estado do Rio Grande do Sul, do acervo de Francisco Brochado da Rocha.

O destino dos documentos não poderia ser mais adequado - o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - instituição pública da Secretaria de Estado da Cultura que, desde 1903, guarda, preserva e disponibiliza para consulta documentos que remontam ao século XVIII, retratando a vida política, administrativa e econômica do Rio Grande do Sul.

Além da documentação proveniente das várias funções exercidas pelo governo estadual (planejamento e administração pública, distribuição de terras, aldeamento e catequese indígena, policiamento e repressão, assuntos jurídicos, militares e religiosos, entre outros), destacam-se, também, os arquivos particulares. Esses se constituem em conjunto de documentos recebidos através de doação ou compra, relativos a personagens com desempenho significativo na história sul-rio-grandense.

Foi assim que no século XXI, reencontrei-me com o acervo de Brochado da Rocha, ao ser designada para trabalhar no Arquivo Histórico. Estava organizado em séries e subséries, mas era pouco acessado pelo público, em parte por desconhecimento. Mas, agora, foi com grande satisfação que vi o interesse de dois jovens historiadores pelo acervo, mais especificamente pela série de fotografias.

Várias possibilidades se abrem. Acredito que se queremos avançar na pesquisa e tornar a aprendizagem da História significativa para os alunos e público interessado em geral, é preciso ver nas fontes históricas, escritas ou não, elementos inspiradores para novos temas, para revisitar acontecimentos já trabalhados, desenvolver instrumentais metodológicos e para inspirar a formulação de problemas de pesquisa, além de valorizar o patrimônio histórico.

Aliás, a compreensão de documentos de arquivo como patrimônio é relativamente nova no Brasil. Surge com a Constituição de 1988, quando menciona o termo “documentos” no Art. 216, que trata da definição de patrimônio cultural. A relevância disso consiste no enquadramento dos acervos arquivísticos nas políticas nacionais de preservação e divulgação do Patrimônio Cultural.

Documentos de arquivos particulares, caso do acervo de Brochado da Rocha, como patrimônio cultural, devem ser entendidos na sua historicidade, isto é, selecionados para serem guardados na própria casa por alguém ocupando um lugar social, em determinado espaço e tempo. São acervos individuais ou profissionais, de famílias, de empresas ou de grupos de interesse (instituições, clubes, etc.) cujos documentos, vistos de maneira isolada, cumpriram funções em termos de relações internas e externas ou necessidades específicas de seus produtores. Visualizados como um todo orgânico, permitem compreender tanto o próprio produtor como a dinâmica inerente ao mesmo.

O acervo fotográfico de Brochado da Rocha integra os variados vestígios da atividade humana e pode contribuir por uma maior abrangência nas concepções sobre o que é importante na História. Com a noção ampliada, as fotografias constituem fragmentos e instantâneos fundamentais sobre pessoas, instituições e gestos culturais e cada vez mais estão sendo levadas em consideração para compor uma memória múltipla.

# Introdução

*Douglas Souza Angeli*
*Samuel da Silva Alves*

Cartas, telegramas, bilhetes, documentos pessoais, discursos e fotografias. A riqueza dos acervos pessoais – sob a guarda das instituições de pesquisa, museus, arquivos públicos e privados – tem possibilitado pesquisas de diversos temas na área de História. Quando esses acervos dizem respeito a trajetórias daqueles que, a cada momento histórico, foram socialmente reconhecidos como *políticos*, os historiadores que se dedicam à História Política encontram neles importantes *achados*. A estes achados seguem-se a crítica, o cruzamento, a análise, as operações básicas da escrita histórica – enriquecidas com as preciosas fontes desses acervos.

A ideia do presente livro surgiu quando seus dois autores pesquisavam no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), com objetivos específicos: um, visando a preparar o projeto de mestrado; o outro, a coletar fontes para a tese de doutorado. Um, projetando uma dissertação sobre a eleição de Leonel Brizola ao governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1958. O outro, pesquisando as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini no Rio Grande do Sul entre 1945 e 1954. Um, muito interessado no acervo particular do ex-governador Walter Peracchi Barcellos, que disputou e perdeu para Brizola as eleições de 1958. O outro, pesquisando no acervo de João Neves da Fontoura e seguindo os rastros da correspondência trocada entre ele e Getúlio Vargas. E ambos se depararam com um terceiro acervo, o de Francisco Brochado da Rocha.

No caso do acervo particular de Brochado da Rocha, o que mais nos causou impacto foi a coleção iconográfica: seis álbuns e

duas caixas de fotografias avulsas. Nelas, registros de seu mandato na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e de sua participação no governo de Leonel Brizola, de seu gabinete no período parlamentarista e do governo de João Goulart. Além disso, preciosas imagens das campanhas eleitorais no Rio Grande do Sul entre 1945 e 1962, com destaque para os comícios das campanhas presidenciais de 1945 e 1960 e das eleições estaduais de 1962. Algumas dessas fotografias foram alvo de exercícios de análise e de comentários em duas publicações acadêmicas[1]. O livro, que agora publicamos, nasce do intuito de dar visibilidade a esse acervo e atentar para as possibilidades de pesquisa a partir das fotografias de Francisco Brochado da Rocha.

Conforme Boris Kossoy (1989, p. 80), a fotografia enquanto documento deve ser articulada com outras fontes históricas, possibilitando a busca de pistas sobre a atuação do fotógrafo e de suas intenções. Para além da "verdade iconográfica", o autor nos convida a considerar que o significado mais profundo da imagem não está necessariamente explícito: "O vestígio da vida cristalizado na imagem fotográfica passa a ter sentido no momento em que se tenha conhecimento e se compreendam os elos da cadeia de fatos ausentes da imagem" (KOSSOY, 1989, p. 80). Para Ana Maria Mauad, a fotografia é uma fonte histórica que exige do historiador um novo tipo de crítica e deve ser considerada, remetendo a Jacques Le Goff (2003), como imagem/documento e como imagem/monumento:

> No primeiro caso, considera-se a fotografia como indício, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos deste passado [...]. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo

[1] ANGELI, Douglas Souza; ALVES, Samuel da Silva. Imagens da política no Rio Grande do Sul: as fotografias do acervo particular de Francisco de Paula Brochado da Rocha (1945-1962). In: *Anais IV Jornadas Mercosul*. Canoas: Unilasalle, 2016, p. 161-170; ANGELI, Douglas Souza; ALVES, Samuel da Silva. Imagens da experiência democrática: as fotografias do acervo de Francisco de Paula Brochado da Rocha. *Revista Memória em Rede*, v. 11, p. 142-149, 2019.

> que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo (MAUAD, 2008, p. 37).

Sendo que o historiador atribui à fotografia um sentido diferente do original, de acordo com a problemática por ele estudada, no problema proposto e na construção do objeto de estudo reside a competência de quem analisa imagens do passado: "A imagem não fala por si só; é necessário que as perguntam sejam feitas" (MAUAD, 2008, p. 41). Ainda conforme Mauad (2008), a fotografia deve ser entendida como uma escolha realizada em um conjunto de escolhas possíveis, a escolha de uma imagem, de um recorte, de um enquadramento em detrimento de outros possíveis. Estes pressupostos estiveram presentes desde os primeiros contatos com as fotografias do acervo de Brochado da Rocha.

Considerando essa discussão, propomos a leitura destas imagens em dois movimentos distintos: primeiro, buscando analisar os elementos, presentes nas fotografias, que sirvam de indicativos das práticas políticas daquele período, sendo a presença de tais elementos pensada ou não por quem produziu a imagem; segundo, buscando compreender a forma como os políticos deram-se a ver de forma deliberada, entendendo a construção da imagem pública como algo inerente à prática política. Em ambos os movimentos que orientam essa análise, devemos considerar as fotografias em estudo como meios pelos quais os políticos buscam se demonstrar como detentores das competências necessárias ao exercício da representação política.

A importante coleção de fotografias do acervo particular de Francisco Brochado da Rocha no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul ainda é pouco conhecida, mas contém grande potencial para a produção de conhecimento sobre a história visual da política do Rio Grande do Sul. Com esta publicação, pretendemos contribuir com a divulgação do acervo de fotografias que constitui parte de

um acervo maior e, com isso, colaborar com a promoção e divulgação da importância dos acervos do AHRS para a memória política e para a pesquisa histórica. Agradecemos à direção e à equipe do AHRS, que propiciou o acesso ao acervo e ao equipamento necessário à digitalização das fotografias.

No primeiro capítulo, apresentamos um breve resumo biográfico de Francisco de Paula Brochado da Rocha e de sua trajetória na política estadual e nacional, seguido de uma apresentação de seu acervo particular sob a guarda do AHRS. No segundo capítulo, um comentário sobre as características desse acervo iconográfico e uma seleção de fotografias relativas ao período democrático (1945-1964). No terceiro capítulo, um ensaio sobre as práticas políticas – que serviu de base para análise de fotografias desse acervo – com destaque para a vida política nos partidos, nos parlamentos, entre os pares, mas também para as campanhas eleitorais como momento de contato mais próximo entre governantes e governados. Tudo isso possibilitado pelas fotografias do acervo de Brochado da Rocha, que estão à disposição para outras pesquisas e outras interpretações.

Desejamos a todos e a todas um bom passeio pelas imagens da experiência democrática a partir do acervo de fotografias de Francisco Brochado da Rocha!

# Capítulo 1

# Francisco Brochado da Rocha e seu acervo

## 1.1 De deputado estadual a primeiro-ministro: a trajetória política de Francisco Brochado da Rocha

Francisco de Paula Brochado da Rocha (1910-1962) foi um político gaúcho que atingiu projeção nacional, exercendo, inclusive, o cargo de primeiro-ministro no último ano da breve experiência parlamentarista iniciada com a posse de João Goulart na presidência da República. No Rio Grande do Sul, foi deputado estadual pelo Partido Social Democrático (PSD), eleito em 1947, e integrou o secretariado do governo de Leonel de Moura Brizola[1] (1959-1962).

Filho de Otávio Francisco da Rocha e Inácia Brochado da Rocha, Francisco Brochado da Rocha nasceu em 08 de agosto de 1910, na cidade de Porto Alegre. Formou-se em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, tendo frequentado também o Instituto Lafayette, no Rio de Janeiro, e o Colégio Militar na capital gaúcha. Brochado ingressou na vida pública em 1946, como Secretário da Educação e Cultura e Secretário da Segurança Pública no Rio Grande do Sul no governo de Cylon Rosa. Ainda no exercício do cargo, foi eleito, em 1947, deputado estadual.

---

[1] Durante a experiência democrática, Leonel Brizola atuou, vinculado o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), como deputado estadual pelo Rio Grande do Sul (1947-1955), deputado federal pelo mesmo Estado (1955-1956), prefeito de Porto Alegre (1956-1958), governador do Rio Grande do Sul (1959-1963) e deputado federal pela Guanabara (1963-1964). Além disso, foi secretário de Obras Públicas do governo de Ernesto Dornelles (1952-1954). Após seu retorno do exílio, ainda durante a ditadura civil-militar brasileira, fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT), pelo qual foi eleito duas vezes governador do Rio de Janeiro (1983-1987 e 1991-1994).

Durante seu mandato na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (1947-1951), participou da Constituinte de 1947, exercendo o cargo de relator geral. Também neste período, assumiu a cadeira de Direito Constitucional, na faculdade do qual foi egresso (1947), e a cadeira de Política da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul (1951).

Francisco de Paula Brochado da Rocha (1910-1962). AHRS. FBR foto 40 [Caixa 1].

Francisco Brochado da Rocha e a esposa Jurema Caruso da Rocha.
AHRS. FBR foto 11 [caixa 1].

Francisco Brochado da Rocha e seus colegas professores da Faculdade de Direito de Porto Alegre.
AHRS. FBR foto 110 [caixa2].

A atividade política teve origem familiar. Seu pai, Otávio Rocha (1877-1928), foi membro do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), deputado estadual (1909-1912) e federal (1912-1914; 1918-1924), e intendente de Porto Alegre (1924-1928) (COSTA FRANCO, 2010, p. 182). Seus irmãos, José Diogo Brochado da Rocha, Geraldo Brochado da Rocha e Antônio Brochado da Rocha, também exerceram atividades políticas. José Diogo foi eleito deputado federal em 1945, quando concorreu pelo PSD, migrando para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) onde foi o deputado estadual mais votado nas eleições de 1947, com 20.446 votos, e novamente deputado federal mais votado em 1950 com 44.812 votos, também concorrendo ao governo do Rio Grande do Sul em 1954 pelo Partido Social Progressista (PSP), cargo para o qual não foi eleito. Geraldo foi suplente de deputado estadual, assumindo o mandato em 1953. Já Antônio atuou como prefeito nomeado de Porto Alegre no fim do Estado Novo e concorreu a senador pelo PTB em 1962[2].

Além de tomar assento na Assembleia Legislativa, Francisco Brochado da Rocha exerceu uma série de outras funções durante a década de 1950 e 1960. Em nível nacional, atuou como Consultor Geral da República (1955) e membro da Comissão Especial de Juristas (1956), encarregada de apresentar sugestões ao Ministro do Interior e Justiça, para a Reforma Constitucional. Em nível estadual, Brochado da Rocha ocupou inúmeros cargos, principalmente durante o governo de Leonel Brizola. Foi secretário de Segurança Pública e secretário do Interior e Justiça, além de, interinamente, ter sido nomeado secretário da Fazenda, secretário do Trabalho e Habitação, secretário da Administração, secretário da Energia e Comunicações, secretário da Economia, Indústria e Comércio e também governador em exercício.

---

[2] Os dados biográficos utilizados nesse livro foram consultados no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb.

Francisco Brochado da Rocha com seus pais, Inácia Brochado da Rocha e Otávio Rocha, irmãos e irmãs. 1914. AHRS. FBR foto 154 [caixa 2].

Os políticos Brochado da Rocha reunidos em uma fotografia: Antônio, Geraldo, Francisco, José Diogo e Otávio Caruso. AHRS. FBR foto 92 [caixa 2].

Em depoimento concedido ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Clay Hardman de Araújo[3] descreve brevemente a personalidade de Francisco Brochado da Rocha. Oriundo de uma família tradicional, Brochado é retratado pelo depoente como um homem tranquilo – diferentemente de seu irmão José Diogo, o qual descreve como um "temperamental" –, porém também de posições marcadas, dotado de "grande coragem, brio e honra", além de um gigantesco prestígio intelectual em todo o Estado. Acerca de sua atuação política no Rio Grande do Sul, Araújo relata, entre outras coisas, a participação de Brochado na dissidência do PSD, na formação do Partido Social Democrático Autonomista (PSDA) e no processo de incorporação destes dissidentes pelo PTB.

Clay Hardman de Araújo também destacou a importância de Brochado da Rocha na candidatura e vitória de Leonel Brizola no pleito de 1958. Apesar de atritos ocorridos entre ambos ainda enquanto deputados estaduais, o depoente relata os esforços de Brizola para atrair Brochado da Rocha para o seu "esquema", considerando esta aproximação como "a maior vitória política de Leonel Brizola", devido entre outras coisas ao grande capital político possuído por Brochado.[4]

Político proeminente no contexto gaúcho, Francisco Brochado da Rocha veio a ganhar notoriedade nacional no início da década de 1960, após a renúncia de Jânio Quadros[5] e o impasse

---

[3] Em nível nacional, Clay Hardman de Araújo exerceu os cargos de Diretor do Serviço de Assistência Educacional da Comissão do Imposto Sindical do Ministério do Trabalho (1953-1954), Delegado do Ministério do Trabalho no Rio Grande do Sul (1954) e Diretor de Fiscalização do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos (1955-1956). No Rio Grande do Sul, atuou como Secretário Estadual de Habitação e Trabalho durante todo o governo de Leonel Brizola (1959-1963) e deputado federal (1963-1964), vinculado ao PTB.

[4] ARAÚJO, Clay Hardman. Clay Hardman de Araújo (depoimento). Rio, FGV/CPDOC – História Oral, 1984.

[5] Durante o período democrático, Jânio Quadros atuou como vereador pela cidade São Paulo (1947-1951), deputado estadual pelo Estado de São Paulo (1951-1953), prefeito da capital paulista (1953-1955), governador de São Paulo (1955-1959), deputado federal pelo Paraná (1959-1961) e presidente da República (1961). Sua renúncia culminou em uma crise que resultou na posse (com poderes limitados) de João Goulart e na implantação do parlamentarismo no país (1961-1962).

quanto à posse do Vice-Presidente eleito, João Goulart[6], crise que teve como consequência a instalação do parlamentarismo no Brasil. Com a renúncia de Tancredo Neves[7], então Primeiro-Ministro, Brochado da Rocha foi escolhido para o cargo, em 10 de julho de 1962, após a aprovação do Congresso por um placar de 215 a favor e 58 contra. No entanto, no contexto de discussão do plebiscito que decidiria sobre o retorno ou não do presidencialismo, e de tensões militares e civis, Brochado da Rocha renunciou ao cargo em 14 de setembro de 1962 (FERREIRA, 2011, p. 308-310). Em seguida, regressou a Porto Alegre, onde faleceu 12 dias depois.

A notícia de falecimento de Francisco Brochado da Rocha causou comoção e repercutiu em inúmeros impressos do Rio Grande do Sul e do Brasil. A edição de 27 de setembro de 1962 do jornal *Diário de Notícias*, um dia após o seu falecimento, reservou inúmeras de suas páginas, incluindo a capa e a contracapa, para noticiar a morte do ex-primeiro-ministro. Nelas, além de uma retrospectiva da vida política e dos últimos atos de Brochado da Rocha, diversas foram as homenagens prestadas por instituições e figuras públicas. Em reportagem acerca de sua trajetória pessoal, política e profissional, o periódico destacou os poderes de conciliação e articulação política como suas principais virtudes.

Em entrevista ao jornal, o então presidente João Goulart tratou de exaltar o papel desempenhado por Brochado da Rocha enquanto primeiro-ministro, em um dos momentos mais delicados da história política brasileira, afirmando que a história lhe faria

---

[6] Entre os anos de 1945 e 1964, João Goulart atuou com proeminência na política estadual e nacional. Em nível estadual, atuou como deputado estadual (1947-1951) e deputado federal (1951-1955). Em nível nacional, exerceu as funções de Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (1953-1954), Vice-Presidente da República (1956-1961) e Presidente da República (1961-1964). Foi deposto pelo golpe civil-militar de 1964.

[7] Deputado estadual (1947-1951) e deputado federal (1951-1955) pelo Estado de Minas Gerais e Ministro da Justiça do governo de Getúlio Vargas (1953-1954). Ganhou destaque em nível nacional ao tornar-se primeiro-ministro (1961-1962), após a renúncia e Jânio Quadros, a posse de Jango e a instauração do parlamentarismo no Brasil. Após o regime civil-militar, atuou ainda como senador por Minas Gerais (1979-1983) e governador pelo mesmo Estado (1983-1984). Foi eleito presidente da República em 1985, porém faleceu antes mesmo de ser empossado.

justiça. Já Hermes Lima, então primeiro-ministro, em discurso proferido na reunião do Conselho de Ministros e reproduzido pelo periódico, o caracterizou como um símbolo de virtudes públicas e privadas. Por sua vez, Loureiro da Silva[8], prefeito de Porto Alegre na ocasião, também em entrevista ao *Diário de Notícias*, destacou o altruísmo e a forma cordial com que Brochado da Rocha fazia política. Um político considerado diferenciado, que cultuava a educação e a cordialidade e, por isso, apesar das divergências, era respeitado por seus adversários.[9]

[8] Loureiro exerceu um papel proeminente na estruturação do PTB no Estado. Durante a experiência democrática, foi prefeito de Porto Alegre (1961-1964), já pelo Partido Democrático Cristão (PDC). Antes, atuou como prefeito da capital gaúcha (1937-1943) e prefeito de Gravataí (1931-1933).

[9] Jornal *Diário de Notícias*, 27/09/1962. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O primeiro-ministro Francisco Brochado da Rocha e o presidente da República João Belchior Marques Goulart, o Jango. Agosto de 1962. AHRS. FBR foto 22 [álbum 2].

## 1.2 O acervo de Francisco Brochado da Rocha

As fotografias presentes nesse livro fazem parte de um *corpus* maior, formado por documentos do acervo particular de Francisco Brochado da Rocha, custodiado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), atualmente localizado no prédio do Memorial do Rio Grande do Sul em Porto Alegre. Tais documentos são de natureza essencialmente profissional, predominando as atividades políticas e acadêmicas, juntamente com a documentação referente às suas atividades como advogado particular. Além destes, encontram-se armazenados documentos de ordem pessoal, como exames médicos, cartões de felicitações, entre outros.

Em sua disposição, buscou-se preservar a organização efetuada, possivelmente, por Francisco Brochado da Rocha ou por sua família após o seu falecimento. Além desse, outro critério adotado na organização do acervo foi a proveniência e as atividades exercidas por Brochado da Rocha. O acervo encontra-se organizado em 20 séries, listadas abaixo conforme o meio de busca disponível no AHRS, acompanhadas dos tipos de documentação que as compõe e dos recortes temporais que abrangem:

1. Atividades acadêmicas (1932-1962): cartas, telegramas, textos jurídicos, pareceres jurídicos, recortes de jornais, bibliografias, provas de aula, anotações, entre outros;
2. Atividades acadêmicas/atividades como deputado estadual (1939-1962): regimentos, estatutos, discursos, arquivos de direito constitucional, entre outros;
3. Procurador do município de Porto Alegre (1949-1958): pareceres, acórdãos, minutas, requerimentos, mandados de segurança, entre outros;
4. Secretaria do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul (1953-1962): cartas, relatórios, decretos, memorandos, ofícios, nomeação, entre outros;
5. Coletânea de projetos de lei (1940-1962): projetos de decretos legislativos, projetos de decretos lei, projetos de lei, decretos lei, emendas constitucionais, recortes de jornais, entre outros;

6. Correspondências (1953-1962): cartas, telegramas, fonogramas, bilhetes, ofícios, convites, entre outros;
7. Atividades partidárias (1948-1970): discursos, polígrafos de instruções, requerimentos, acórdãos, atas, regimentos, relatórios, pareceres, boletins eleitorais, cartas, processos, bilhetes, recursos, recortes de jornais;
8. Atividades como advogado particular (1940-1962): certidões, mandados de segurança, leis, decretos, requerimentos, processos, pareceres, ações, acórdãos, entre outros;
9. Atividades como governador substituto (1962): textos referentes à Conferência dos Governadores, em Araxá;
10. Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul (1950-1962): leis, pareceres, recortes de jornais, entre outros;
11. Presidente do Conselho de Ministros (1961-1966): leis, projetos, anteprojetos, relatórios, discursos, Mensagens ao Congresso Nacional, pesquisas, bilhetes, recortes de jornais, entre outros;
12. Jornadas de Direito Constitucional Comparado – Brasil/Uruguai (1961): folders, recortes de jornais, recibos, revistas, cartões de apresentação, entre outros;
13. Consultor geral da República (1953-1959): cartas, projetos de lei, contratos, processos, entre outros;
14. Atividades na educação (1953-1962): cartas, telegramas, bilhetes, decretos, leis, Diários do Congresso Nacional, plantas prediais, projetos, pareceres, entre outros;
15. Diversos (1909-1986): títulos, diplomas, certificados, quadros, livretos, troféus, medalhas, discursos, constituições diversas, recibos, notas fiscais, convites, cartões, formulários, entre outros;
16. Periódicos (1951-1981): *Veja*, *O Globo*, *Manchete*, *O Cruzeiro*, *Fronteira*, *Visão*, *Fatos e Fotos*, *Edição Extra*, *Rio Magazine*, *Panorama*, *Time*, entre outros;
17. Publicações (1844-1992): livros, relatórios, regimentos, Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, Mensagens ao Congresso Nacional, entre outros;
18. Jornais (1929-1986): *Correio do Povo*, *Folha da Tarde*, *Diário de Notícias*, *Última Hora*, *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Dia*, *Jornal do Brasil*, entre outros;
19. Iconografia: álbuns (1919-1979);
20. Iconografia: fotos avulsas (1909-1978).

Estas séries estão divididas em 54 caixas (contendo 51 maços, além de fotos avulsas e objetos), 08 pastas (contendo recortes de diversos jornais) e 11 maços avulsos (contendo quadros, objetos diversos, entre outros). As fontes que estamos divulgando neste livro faze parte das séries *Iconografia – fotos avulsas* e *Iconografia – álbuns*, referidas acima, disponíveis no formato físico para pesquisa na sala de consulta do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul .

# Capítulo 2

# As fotografias do acervo de Francisco Brochado da Rocha

## 2.1 Informações sobre o acervo iconográfico

As fotografias de atividades políticas de Francisco Brochado da Rocha, referentes à experiência democrática de 1945 a 1964, incluem eventos relativos à política nos âmbitos estadual e nacional, acompanhadas de poucas informações e com raras identificações dos presentes. Há grande quantidade de imagens das elites dirigentes das seções gaúchas do PSD e do PTB, entre os quais se destacam Alberto Pasqualini, Clóvis Pestana, Cylon Rosa, Ernesto Dornelles, Getúlio Dornelles Vargas, João Neves da Fontoura, José Diogo Brochado da Rocha, Loureiro da Silva, Nereu Ramos, Oscar Carneiro da Fontoura, João Belchior Marques Goulart, Leonel de Moura Brizola, Fernando Ferrari, Egídio Michaelsen, Sereno Chaise, Ruy Ramos, Protásio Vargas, Tarso Dutra e Walter Jobim, além de figuras nacionais como Eurico Gaspar Dutra, Henrique Teixeira Lott e Juscelino Kubitschek.

Em nível estadual, o acervo fotográfico de Francisco Brochado da Rocha contempla eventos políticos tais como a Assembleia Constituinte de 1947, a primeira legislatura da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1947-1951), e os governos de Walter Jobim (1947-1951), Ernesto Dornelles (1951-1955) e Leonel Brizola (1959-1962). No âmbito das campanhas eleitorais, o acervo abrange as eleições presidenciais de 1945 e 1960, e as eleições estaduais de 1947 e 1962. Além disso, possui imagens referentes aos velórios de Ruy Ramos (1962) e do próprio Francisco Brochado da Rocha (1962). Já em nível nacional, o acervo

possui fotografias referentes a Getúlio Vargas (1937-1954), aos governos de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e João Goulart (1961-1962), e ainda ao Gabinete de Francisco Brochado da Rocha (1962).

Além das imagens referentes às atividades políticas da experiência democrática, o acervo conta com uma série de fotografias referentes à vida pessoal e familiar de Francisco Brochado da Rocha. Neste sentido, podem ser encontradas imagens de suas atividades enquanto acadêmico e jurista, fotos de família, juntamente com seus pais, irmãos e esposa. Há também fotografias do acervo de seu filho, Otávio Caruso da Rocha, com atividades políticas da fase inicial do Partido Democrático Trabalhista (PDT), incluindo imagens de políticos como Carlos Araújo, Dilma Rousseff, Leonel Brizola e Sereno Chaise no início da década de 1980.

Tudo isso se encontra nas duas caixas de fotografias avulsas do acervo de Francisco Brochado da Rocha. Além das caixas, há seis álbuns: O álbum 1 contém fotografias de família, de Francisco e sua esposa, Jurema, e de seu filho Otávio Caruso da Rocha; o álbum 2, fotografias do período parlamentarista, relativas ao Gabinete do primeiro-ministro Brochado da Rocha e fotografias das campanhas de Egídio Michaelsen, candidato a governador do Rio Grande do Sul pelo PTB em 1962, e de Ruy Ramos, candidato a deputado federal pelo mesmo partido; o álbum 3, fotografias da participação de Brochado da Rocha no governo de Leonel Brizola e do período parlamentarista; no álbum 4, temos fotografias do primeiro-ministro Brochado da Rocha entregues à sua família pela Agência Nacional; no álbum 5, fotografias de família, semelhante ao primeiro álbum; e no álbum 6, imagens do governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul.

## 2.2 Imagens do acervo

Posse do interventor Pompílio Cylon Fernandes Rosa no Palácio Piratini em 07 de fevereiro de 1946. Constam, entre outros, Francisco Brochado da Rocha, Tarso Dutra, Walter Jobim, Oscar Carneiro da Fontoura e Clovis Pestana, lideranças do PSD no Rio Grande do Sul. Cylon Rosa governaria o Estado até 26 de março de 1947 e concorreria pelo partido a governador nas eleições de 1950, sendo derrotado por Ernesto Dornelles. AHRS. FBR foto 108 [Caixa 2].

Membros da Ala Moça do PSD. No início da experiência democrática, o PSD foi o maior partido do Rio Grande do Sul, dominando as eleições de 1945. Na fotografia, além de Francisco, os irmãos José Diogo e Antônio. AHRS. FBR foto 121 [Caixa 2].

O candidato a presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra (PSD), em visita a Porto Alegre durante a campanha eleitoral, cumprimenta o arcebispo metropolitano D. João Becker. Dutra seria eleito no pleito de 2 de dezembro de 1945. AHRS. FBR foto 62b [caixa 1].

Representantes do "Centro Acadêmico Social Democrático Walter Jobim", da Faculdade de Direito de Porto Alegre, com Francisco Brochado da Rocha em 15 de outubro de 1945. Prevendo a realização de eleições estaduais juntamente com o pleito nacional de 2 de dezembro, o PSD já havia lançado Walter Jobim como seu candidato a governador. As eleições estaduais acabariam marcadas para depois da promulgação da Constituição de 1946, sendo realizadas em 19 de janeiro de 1947 e elegendo-se Jobim para o governo do Estado do Rio Grande do Sul. AHRS. FBR foto 144 [caixa 2].

1º Congresso Estadual da Mocidade Trabalhista. A partir das eleições estaduais de 1947, o PTB tornou-se o maior partido do Rio Grande do Sul, elegendo a maior bancada na Assembleia Legislativa em 1947 e também na Câmara dos Deputados em 1950. Nesse período tiveram início as carreiras políticas de futuras lideranças nacionais, como Fernando Ferrari e João Goulart, nas duas extremidades da fotografia, eleitos deputados estaduais em 1947. Constam também Adalgisa Néry, liderança do movimento feminino, e Sereno Chaise, deputado estadual eleito em 1958 e prefeito de Porto Alegre eleito em 1963. Agosto de 1956. AHRS. FBR foto 80 [caixa 2].

Comício de Alberto Pasqualini (PTB), candidato a governador do Rio Grande do Sul em 1947. Discursando, encontra-se Sereno Chaise. Ao lado de Pasqualini, está o então candidato a deputado estadual Leonel Brizola. Pasqualini seria eleito senador em 1950 e concorreria novamente a governador em 1954, sendo derrotado pela segunda vez. É considerado o principal ideólogo do trabalhismo brasileiro. AHRS. FBR foto 91 [caixa 2].

Getúlio Vargas acena no desembarque de avião. Datas-limite: 1945-1947.
AHRS. FBR foto 53 [caixa 1].

Carlos Santos, deputado estadual classista eleito em 1935, suplente pelo PSD em 1947, eleito novamente, pelo PTB, em 1958. Em 1967, se tornaria o primeiro negro a ser eleito presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. AHRS. FBR foto 146 [caixa 2].

Registro da primeira deputada a exercer mandato na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Suely Gomes de Oliveira (PTB). Suely [em pé na fotografia] foi professora, vereadora em Pelotas, deputada estadual eleita em 1950 pelo PTB, reeleita em 1954, 1958 e 1962 pela mesma sigla e em 1966 e 1970 pelo MDB. Dentre as que estão sentadas, a segunda é Jurema Caruso da Rocha. AHRS. FBR foto 109 [Caixa 2].

Getúlio Vargas fazendo seu gesto típico de saudação em comício. Atrás do microfone, ao lado de Getúlio, José Loureiro da Silva segura o chapéu próximo ao queixo. Getúlio, após presidir a República entre 1930 e 1945, exerceu mandato de senador pelo Rio Grande do Sul, eleito em 1945, e novamente a presidência da República eleito em 1950. Em 1946, havia encarregado Loureiro da Silva de organizar o PTB no Rio Grande do Sul. Loureiro havia sido prefeito de Porto Alegre durante o Estado Novo, cargo para o qual seria eleito em 1959, já pelo Partido Democrático Cristão (PDC) e com o apoio do Movimento Trabalhista Renovador (MTR), recém fundado pelo deputado federal Fernando Ferrari. Datas-limite: 1946-1950. AHRS. FBR foto 53 (1) [caixa 1].

Posse de Juscelino Kubitschek e de João Goulart nos cargos de presidente e vice-presidente da República, em 31 de janeiro de 1956. No centro, Nereu Ramos, que exercia a presidência da República desde 11 de novembro de 1955. AHRS. FBR foto 86 [caixa 2].

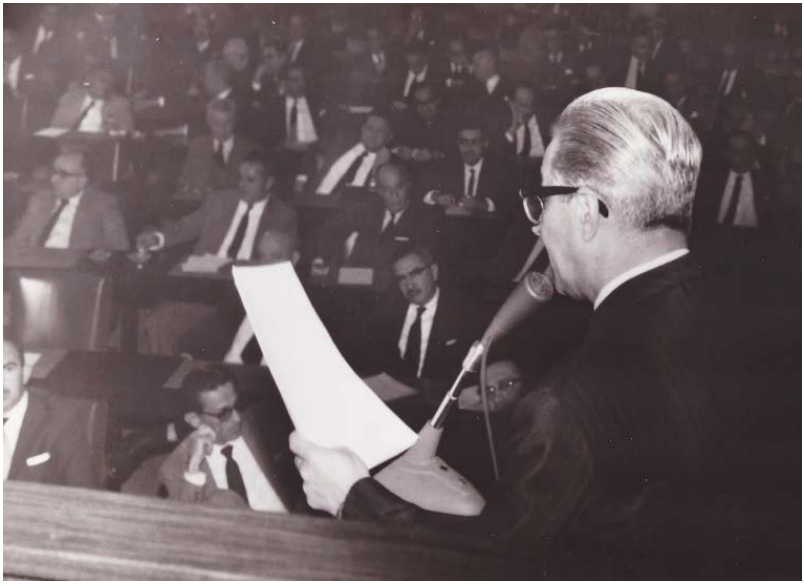
Francisco Brochado da Rocha e o governador Leonel de Moura Brizola (PTB). Brizola governou o Rio Grande do Sul entre 1959 e 1962. Brochado da Rocha ocupou vários cargos no governo estadual de Brizola, entre os quais secretário de Segurança Pública e secretário do Interior e Justiça.
AHRS. FBR foto 46. Agência Nacional [álbum 4].

Os candidatos a presidente e vice-presidente, Henrique Lott e João Goulart, em visita a Protásio Vargas em São Borja/RS. Protásio era irmão de Getúlio Vargas e uma das principais lideranças na fase inicial do PSD. Campanha eleitoral de 1960.
AHRS. FBR foto 63b [caixa 1].

Henrique Teixeira Lott e João Goulart, candidatos a presidente e vice-presidente da República, em campanha eleitoral no Rio Grande do Sul, em 1960. O general Lott havia adquirido notoriedade ao liderar o "golpe preventivo" em novembro de 1955 visando a garantir a posse de Juscelino Kubitscheck. Em 1960 concorreu a presidente pela coligação PSD-PTB. Jango concorria à reeleição como vice-presidente. Com a renúncia do presidente eleito, Jânio Quadros, em agosto de 1961, Goulart assumiria presidência sob regime parlamentarista e, após o plebiscito de janeiro de 1963, com o retorno do presidencialismo até A sua deposição pelo golpe de 1964. AHRS. FBR foto 63a [caixa 1].

Lançamento da pedra fundamental do Palácio Farroupilha, sede da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 1960. AHRS. FBR foto 04 [álbum 3].

Francisco Brochado da Rocha com Egídio Michaelsen, candidato a governador pelo PTB em 1962.
AHRS. FBR foto 104 [caixa 2].



O primeiro-ministro Brochado da Rocha discursa na Câmara dos Deputados em 1962. AHRS. FBR foto 21. Agência Nacional [álbum 4].

Francisco Brochado da Rocha em pronunciamento como primeiro-ministro. Brasília, 1962. AHRS. FBR foto 64. Agência Nacional [álbum 4].

O primeiro-ministro Francisco Brochado da Rocha e o presidente da República João Goulart. Brasília, 1962. AHRS. FBR foto 96a [caixa 2].

Francisco Brochado da Rocha ao lado de sua esposa, Jurema Caruso da Rocha, saindo da Câmara dos Deputados ao deixar o cargo de primeiro-ministro em 14 de setembro de 1962. AHRS. FBR foto 33 [álbum 2].

Francisco Brochado da Rocha descendo de palanque em comício da campanha eleitoral de 1962 no Rio Grande do Sul. AHRS FBR foto 34 [álbum 2].

# Capítulo 3

# Imagens da experiência democrática no Rio Grande do Sul (1945-1962)

## 3.1 O fazer da política na época de Francisco Brochado da Rocha

Os anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul registraram uma discussão, ocorrida na sessão realizada em 18 de setembro de 1950, levantada pelo deputado Aquiles Mincarone (PTB), acerca de um artigo publicado por Félix Contreiras, então candidato a suplente de senador pelo PRP[1]. Em determinado ponto da discussão, que girava em torno do processo de nacionalização – embora nos interesse aqui a forma e não o conteúdo – o deputado Hugo Di Primio Paz[2] (PRP) faz um aparte interpelando o orador da tribuna: "Mesmo o deputado Mincarone, se o senhor for corrigir...". Neste ponto, é interrompido pelo deputado Carlos de Brito Velho[3] (PL): "*Vossa Excelência!* Vossa Excelência disse *senhor* quando o tratamento regimental deve ser *Vossa Excelência*". Diante disso, Primio Paz pede desculpas: "Vossa Excelência deve me desculpar, eu sou novo aqui e...". Novamente Brito Velho interrompe, desta vez de forma mais branda: "Muito bem, desculpei e corrigi" [4]. De outro

---

[1] Suplente do candidato Plínio Salgado (PRP) que disputava o Senado contra o correligionário de Mincarone, Alberto Pasqualini (PTB).

[2] Deputado estadual suplente durante a primeira legislatura da Assembleia Legislativa gaúcha (1947-1951).

[3] Eleito deputado estadual (1947-1951) e deputado federal (1963-1967) pelo PL, após o golpe civil-militar de 1964 filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), pela qual foi novamente eleito deputado federal (1967-1969).

[4] ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Anais da Assembleia Legislativa*. Volume XLV. Setembro de 1950. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1952, p. 248.

momento da sessão, quando Primio Paz tinha novamente a palavra, destaca-se o seguinte trecho:

> Mas esperamos que VV. Excias., também, os senhores deputados dos demais partidos, também conosco lutem no sentido do maior aprimoramento dos nossos costumes políticos, para que esqueçamos e acabemos, de uma vez por todas – perdoem VV. Excias. – para que acabemos de uma vez por todas com essas "tricas e futricas"...
> **O Sr. Brito Velho** – Não é parlamentar a expressão.
> **O Sr. Hugo Di Primio Paz** – Eu fiz a ressalva.
> **O Sr. Brito Velho** – Eu sei, estava brincando[5].

Podemos perceber, como ponto de partida, nos excertos dessa sessão, um misto de tensão, formalismo e jogo. Produzida em 1938, a obra *Homo Ludens*, do filósofo e historiador holandês Johan Huizinga, aborda, em sua parte final, o elemento lúdico na cultura contemporânea, dedicando algumas linhas para as características lúdicas na democracia e destacando o espírito que teria favorecido o *gentleman's agreement* na Câmara dos Comuns na Inglaterra: "O ambiente e os costumes da democracia parlamentar eram dominados por um autêntico espírito esportivo [...]. O espírito de camaradagem fazia com que os mais ferozes adversários pudessem conversar amigavelmente mesmo depois do debate mais violento" (HUIZINGA, 2012, p. 230). Para o autor, esse espírito lúdico possibilitava que as tensões políticas não se tornassem "insuportáveis e perigosas". Somando isso a sua proposta geral sobre o papel fundamental do elemento lúdico na civilização, o autor salienta: "A civilização sempre será um jogo governado por certas regras, e a verdadeira civilização sempre exigirá o espírito esportivo, a capacidade de *fair play*" (HUIZINGA, 2012, p. 234).

O excerto da sessão da Assembleia Legislativa, há pouco reproduzido, além de portar um discurso que defendia um "aprimoramento dos costumes políticos", indo ao encontro da ideia

[5] Idem, p. 254.

de um processo civilizador das práticas políticas no Rio Grande do Sul durante a primeira metade do século XX, como será referido adiante, é um claro exemplo de que as regras estabelecidas para o debate político comportavam e admitiam um componente lúdico em meio a um rígido controle entre os pares quanto ao cumprimento das formalidades. Havia um nível aceitável de embate e formas pelas quais este embate era considerado legítimo.

O *brasilianista* Carlos Cortés produziu, na primeira metade da década de 1970, uma tese de doutorado sobre a política no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1964: *Gaucho politics in Brazil: the politics of Rio Grande do Sul, 1930-1964*, publicada em 1974 pela University of New Mexico Press[6]. Na parte inicial, Cortés (2007, p. 34) trata do contexto anterior a 1930, destacando as guerras civis e o uso da violência como meio legítimo de ação política: "Visto que a política era uma guerra, a vitória era perseguida a todo custo. Força e violência legitimavam-se como métodos para resolver problemas políticos". Para o autor, a guerra civil de 1893-1895 legou à política gaúcha uma "cicatriz permanente de ódio político": "Degola em massa dos prisioneiros inimigos tornou-se a regra, e cabeças cortadas, penduradas nas árvores, serviam como testemunhas da violência" (CORTÉS, 2007, p. 29-30).

Após destacar esse violento conflito, no qual buscou-se o aniquilamento dos adversários, Carlos Cortés descreve um episódio relativo a 1932 que demonstra a existência de outro padrão de comportamento das elites políticas em seus confrontos: na tentativa de levantar armas no Rio Grande do Sul em apoio aos paulistas – no episódio conhecido como Revolução Constitucionalista – Borges de Medeiros[7], a esta altura contando com 68 anos de idade, embrenhou-se com os revoltosos em Santa

---

[6] A tese foi publicada em português pela editora da PUCRS em 2007, sendo esta a edição consultada para este ensaio.

[7] Presidente do Estado do Rio Grande do Sul (1898-1908 e 1913-1928), Borges de Medeiros atuou também como deputado federal na Assembleia Constituinte de 1933.

Maria, fazendo com que seu então adversário, Flores da Cunha[8], buscasse sufocar a rebelião tomando o cuidado de preservar a vida de seu antigo líder político. Mesmo com uma citação extensa, convém recuperar a narrativa:

> A maior preocupação de Flores foi retirar Borges de cena sem machucar seu velho amigo. Depois que Borges rejeitara quatro propostas de paz, Flores intensificou a pressão sobre ele. [...] O embate final aconteceu no dia 20 de setembro [...] [quando] oitocentos membros das tropas de Flores enfrentaram os duzentos homens da Coluna Borges. Tomada de surpresa, a linha revolucionária caiu depois de duas horas de luta. A maior parte dos rebeldes, incluindo Batista Luzardo, fugiu em pequenos grupos a cavalo. Com apenas três cavalos sobrando, Borges, um homem que mantinha compromissos de honra, recusou-se a abandonar o restante de seus 14 companheiros e optou por lutar ao lado deles até o fim. [...] Segundo uma testemunha, quando Flores soube que Borges havia sido capturado ileso, começou a chorar e exclamou: "Louvado seja nosso Senhor Jesus Cristo!" (CORTÉS, 2007, p. 82; 85-86)[9].

Podem-se destacar dois aspectos interessantes desse excerto: primeiro, a ideia de honra contida na atitude de Borges de Medeiros; segundo, a maneira "civilizada" com a qual Flores da Cunha o trata. Ambos os aspectos se articulam na verdade, pois é possível considerar que, paulatinamente, formas mais suavizadas de confronto passavam a fazer parte dos modos de agir dessas elites políticas, preservando, mas também incorporando valores aos códigos de honra e conduta dos homens desse *métier*.

Em sua tese sobre a relação entre a Faculdade de Direito de Porto Alegre e a política (1900-1937), Luiz Alberto Grijó (2017, p. 317)

---

[8] Governador do Rio Grande do Sul entre os anos de 1930 e 1937, Flores da Cunha participou da fundação da União Democrática Nacional (UDN), partido pelo qual atuou enquanto deputado federal durante três mandatos (1945-1959).

[9] O fato, incluindo a exclamação final de Flores da Cunha, também é relatado nas memórias de Daniel Krieger, eleito pela UDN deputado estadual, em 1947, e senador em 1954. KRIEGER, Daniel. *Desde as Missões... Saudades, lutas, esperanças*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1976, p. 45.

destaca o papel civilizatório da instituição, responsável por parte da formação da elite política rio-grandense, na superação de "antigos hábitos e práticas antes dominantes na resolução de conflitos político-partidários". Nas palavras do autor: "Cada vez mais os procedimentos eufemizados e formalistas, ancorados mais ou menos nas próprias regras legais, foram sendo tidos como os mais legítimos no jogo político" (GRIJÓ, 2017, p. 292). Francisco Brochado da Rocha (1910-1962), foi aluno e professor nessa instituição.

Analisando quatro conflitos armados ocorridos no Rio Grande do Sul – denominados de revoluções, a "federalista" em 1893, a "libertadora" em 1923, a de 1930 e a "constitucionalista" de 1932 – Luiz Alberto Grijó (2010) destaca um processo pelo qual as práticas fratricidas e as visões de mundo que as embasaram, em especial no já referido conflito de 1893, passaram a ser deslegitimadas: para o autor, "ao longo da primeira metade do século XX, o Rio Grande do Sul se 'civilizou'" (GRIJÓ, 2010, p. 162). Conforme destaca o autor, se a violência física não foi totalmente descartada como instrumento político legítimo, ela foi gradualmente sendo restringida em favor de formas mais polidas e formalizadas de ação no jogo político (GRIJÓ, 2010, p. 182-183; 2017, p. 276).

Conforme Norbert Elias (1993, p. 198), ao se formar um monopólio de força, criam-se espaços sociais pacificados onde as formas de violência não-físicas, antes misturadas ou fundidas à força física, separam-se desta última, persistindo nas sociedades mais pacificadas de uma forma diferente. Nesses casos, salienta o autor, ocorre uma "mudança civilizadora do comportamento" relacionada ao controle dos sentimentos: a monopolização da violência física sob uma única autoridade acaba forçando "os homens desarmados, nos espaços sociais pacificados, a controlarem sua própria violência mediante precaução ou reflexão.

Em outras palavras, isso impõe às pessoas um maior ou menor grau de autocontrole" (ELIAS, 1993, p. 201)[10].

Na sociedade de corte, analisada por Norbert Elias, tomar parte nas formalidades, nos rituais, na etiqueta, nos gestos, possuía um valor de prestígio hierárquico e cumpria um papel importante na definição da "posição de força relativa" de cada partícipe (ELIAS, 1987, p. 60). O que Elias (1987, p. 67) chama de "racionalidade cortês" (diferente das racionalidades científica e burguesa) diz respeito a uma planificação do comportamento individual visando a assegurar, na competição cortesã, ganhos de estatutos e de prestígio por meio de um comportamento adequado. Destaca-se ainda que, com o processo civilizador, os conflitos passaram a ter a palavra como meio privilegiado, exigindo qualidades diferentes daquelas necessárias aos conflitos armados: "A reflexão contínua, a capacidade de previsão, o cálculo, o autocontrole, a regulação precisa e organizada das próprias emoções, o conhecimento do terreno [...] onde agia o indivíduo, tornaram-se precondições cada vez mais indispensáveis para o sucesso social" (ELIAS, 1993, p. 226).

Na conferência *A política como vocação*, proferida originalmente em 1919, Max Weber, argumentando sobre como as forças políticas dominantes afirmam sua autoridade, e sobre a natureza dos meios de que dispõem os "homens políticos", trata do desenvolvimento do Estado moderno, com atenção para o processo de expropriação dos poderes privados independentes que concorriam com o poder do Príncipe. É nesse processo de expropriação dos meios de gestão dos "funcionários" que os detinham por direito próprio que surge uma nova categoria: os políticos profissionais, que não tendo aspirações senhoriais ou

---

[10] Norbert Elias (1993, p. 216) ressalta que a formação das grandes Cortes em torno dos monopólios de tributação e força física é uma chave para compreensão dos processos interdependentes que envolvem o processo civilizador, pois, nas Cortes, uma "nobreza belicosa" (guerreiros) foi gradualmente substituída por uma "nobreza domada" (cortesãos) – com "emoções abrandadas". Isso não significou o fim das disputas, mas sim sua modificação para formas menos violentas, disputas simbólicas cada vez mais regidas pelo autocontrole: no refinamento da Corte a vida não era pacífica, sendo muito intensa a competição por prestígio e pelo favor real (ELIAS, 1993, p. 225).

carismáticas, se colocavam à disposição do Príncipe na gestão política e exerceriam atividade política não de forma ocasional ou temporária (WEBER, 2011, p. 75).

Max Weber destaca duas maneiras de fazer política: ou se vive *para* a política ou se vive *da* política, ou seja, a atividade política pode ser exercida honorificamente – e assim o recrutamento segue um critério plutocrático – ou de forma remunerada – na qual o recrutamento é não plutocrático (WEBER, 2011, p. 80-81). Sobre os políticos profissionais, Weber destaca algo interessante para pensar as competências necessárias à atividade política: as camadas sociais politicamente disponíveis nas quais o Príncipe foi buscar seu apoio, sendo clérigos, letrados de formação humanística, nobreza da Corte, juristas, patriciado (gentry) no caso inglês. Destaca-se o caso dos advogados como políticos:

> Em medida cada vez maior, a política se faz, hoje, em público, e se faz, portanto, com a utilização desses instrumentos que são a palavra falada e escrita. Pois bem, pesar o efeito das palavras é algo que se põe como parte relevante da atividade do advogado, mas não como parte da atividade de um funcionário especializado (WEBER, 2011, p. 96).

Se para Max Weber o Estado Moderno é um agrupamento de dominação que obteve êxito no monopólio da violência física legítima como instrumento de domínio e que "reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão" (WEBER, 2011, p. 74), Pierre Bourdieu (1996, p. 97) avança no seguinte sentido: o Estado reivindica com sucesso o uso legítimo da violência física *e simbólica*[11]. Para o autor, o Estado é "resultado de um processo de concentração de capital" que inclui a força física (exército, polícia), mas também capital econômico, cultural (de informação), simbólico, e esta concentração o constitui como detentor de um

[11] Conforme Bourdieu (1996, p. 107), o capital simbólico é uma propriedade de qualquer outro tipo de capital (físico, econômico, cultural, social) que é "percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor".

"capital específico, propriamente estatal, que permite ao Estado exercer um poder sobre os diversos campos e sobre os diferentes tipos específicos de capital" (BOURDIEU, 1996, p. 99).

Ao pensar sobre o embate político formalizado, suas formas e seu papel no jogo político, é preciso ter em vista a lógica dessa competição, pois dentro do espaço político, seus *profissionais* competem e concorrem. Para Pierre Bourdieu (2012, p. 164), o campo político, entendido como "campo de forças e como campo de lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento", é o espaço onde se geram os "produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos". O autor propõe a sua compreensão pela lógica da oferta e da procura: os cidadãos comuns são reduzidos a consumidores dos produtos políticos produzidos pelos profissionais do campo – que, por sua vez, os produzem concorrendo entre si (BOURDIEU, 2012, p. 164). Disso podemos tirar duas questões fundamentais que se relacionam às questões propostas no presente texto: por que os profissionais do campo político detêm esse monopólio? Pelo que eles concorrem?

Conforme Bourdieu (2012, p. 166), excetuando as situações de crise, "a produção das formas de percepção e de expressão politicamente atuantes e legítimas é monopólio dos profissionais e se acha, portanto, sujeita aos constrangimentos e às limitações inerentes ao funcionamento do campo político". Existe um desapossamento que garante este monopólio, relacionado especialmente ao tempo livre e ao capital cultural: "A concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e portanto tanto mais provável, quanto mais desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação política estão os simples aderentes" (BOURDIEU, 2012, p. 164). Temos assim os *profissionais* e os *profanos*.

A preparação destes profissionais está ligada a uma aprendizagem de saberes específicos, tais como conceitos, teorias e dados econômicos, e também de capacidades mais gerais, tais

como o domínio de uma determinada linguagem e retórica. Quanto a este último aspecto, Bourdieu (2012, p. 169) destaca duas competências básicas: a do *tribuno*, necessária nas relações com os profanos, e a do *debater*, necessária na relação entre os pares. Mais do que isso, o autor salienta o papel de uma espécie de iniciação:

> Com suas provas e ritos de passagem, que tendem a inculcar o domínio prático da lógica inerente do campo político e a impor uma submissão de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou à forma específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controlos no seio de cada partido (BOURDIEU, 2012, p. 170).

Pierre Bourdieu (2012) chama atenção para uma *cultura esotérica* fruto da lógica relacional dos partidos políticos – em que as ações estão relacionadas às tomadas de posição dos concorrentes no seio do campo. Não somente há problemas, conceitos e discursos totalmente estranhos aos *profanos*, mas sutilezas que podem passar despercebidas aos não iniciados, mas que cumprem um papel nas relações de conflito e de concorrência no jogo político. Para o autor, tais aspectos são inacessíveis à maioria das pessoas menos pela complexidade da linguagem e mais pela complexidade das relações sociais que constituem o campo político: "Não podem compreender que este ou aquele *distinguo* entre duas palavras ou entre dois rodeios de frase de um discurso-jogo, [...] dê lugar a tais debates, visto que não aderem ao princípio das oposições que suscitam os debates geradores desses *distinguos*" (BOURDIEU, 2012, p. 179).

A correspondência entre lideranças políticas evidencia, em muitos casos, a forma e as regras implícitas pelas quais se dava a relação entre os pares na política do Rio Grande do Sul nas décadas de 1940 a 1960. No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, os

acervos de João Neves da Fontoura[12] e de Francisco Brochado da Rocha, são bons exemplos disso. Algumas dessas cartas revelam, em meio às disputas políticas e a concorrência entre pares, a valorização de um código de conduta não escrito, chamado, em um ambiente política marcadamente masculino, de *cavalheirismo*. Carta do ex-prefeito de Uruguaiana/RS, Iris Ferrari Valls, para Francisco Brochado da Rocha, menciona:

> O prezado amigo, como sempre muito bondoso, há de relevar-me lhe ter roubado alguns minutos, para um assunto de meu interesse. É que o senhor, por cavalheirismo ou por amizade, ou ainda pelas duas coisas, habituou-me, bem ou mal, a considerar-me e a considerar os assuntos que, abusadamente, levo ao seu conhecimento[13].

Na atenção que Francisco Brochado da Rocha dispensava a uma liderança política de âmbito local, esta via a presença do *cavalheirismo*. Este era um atributo valorizado e observado, conforme o próprio Brochado da Rocha, na principal liderança política daquele tempo: Getúlio Vargas. Em carta a João Neves da Fontoura, salienta: "O dr. Getúlio acentuou seu tradicional cavalheirismo, recebendo nosso enviado no próprio campo de aterrissagem e manifestando especial satisfação pela escolha do dr. Cylon, com quem poderia palestrar cordial e francamente". A carta de Brochado da Rocha a João Neves se situa no contexto de articulações visando às eleições presidenciais de 1950. Em meio às demarques, salientava-se o cumprimento desse código de conduta: "Estamos tranquilos. A nossa atividade se processa às claras, com desassombro e lealdade. Nada fazemos fora das regras da cavalaria"[14].

---

[12] No pré-1945, João Neves da Fontoura exerceu, entre outros, os cargos de vice-presidente do Rio Grande do Sul e de deputado federal. Durante a experiência democrática brasileira, filiou-se ao PSD e exerceu o cargo de Ministro das Relações Exteriores do governo Dutra (1946) e Vargas (1951-1953).

[13] AHRS. AP FBR. Carta de Iris Ferrari Valls para Francisco Brochado da Rocha. 02/07/1959.

[14] AHRS. AP JNF. Carta de Francisco Brochado da Rocha para João Neves da Fontoura. 12/08/1948.

O que seriam as regras da cavalaria mencionadas por Francisco Brochado da Rocha? João Neves da Fontoura explicita tal lógica em discurso de homenagem ao governador Walter Jobim[15], em julho de 1949:

> Desde sempre, as nossas mais rudes pelejas acabaram no dia em que acabaram. Aqui ninguém forme na pontaria; aqui nunca se conheceu a lei da desforra, o recalque do ódio, o espírito da vingança. Jamais colocamos os louros da vitória sobre a humilhação dos vencidos [...]. Estamos entre os derradeiros cultores das regras medievais da cavalaria. O ocaso da nossa era romântica, o começo da idade industrial mudou o nosso estilo de vida, mas não erradicaram das nossas almas a bela virtude da generosidade nem o cavalheiresco esquecimento das pugnas em que nos envolvemos, nos campos de batalha ou nas instâncias do debate cívico. No Rio Grande, o Império e a República assistiram à formação e ao embate dos partidos. Mas se a devoção aos nossos ideais nos levou mesmo às amarguras da guerra civil, só fomos adversários, jamais inimigos por motivos políticos. Esse código de honra parecia sepultado sob a poeira do último entrevero. Eis que em 1949, V. Exa. dá-lhe o novo esmalte com a simplicidade de suas palavras e a sinceridade de seus apelos[16].

Referindo-se às guerras civis da Primeira República, João Neves exalta, para além de tais "amarguras", a presença de um código de honra, chamado de "regras da cavalaria", que possibilitaria o esquecimento das "pelejas" a fim de possibilitar a convivência política mesmo entre forças divergentes e adversárias. Nesse sentido, carta enviada por Francisco Brochado da Rocha a Tancredo de Almeida Neves, e como mesmo teor a San Tiago Dantas[17], em 1960,

---

[15] Durante o Estado Novo, foi nomeado Secretário de Viação e Obras Públicas do Rio Grande do Sul, cargo que ocupou de 1937 a 1943. Após o início da experiência democrática, filiou-se ao PSD. Durante o governo de transição de Cylon Rosa (1946-1947), atuou como Secretário do Interior e Justiça. Após, exerceu o cargo de governador do Rio Grande do Sul (1947-1951).

[16] AHRS. AP JNF. JNF Texto do discurso feito por João Neves da Fontoura para o governador do Estado do Rio Grande do Sul, Walter Jobim. Jul, 1949.

[17] Filiado ao PTB, San Tiago Dantas atuou durante a experiência democrática como deputado federal, ministro das Relações Internacionais e ministro da Fazenda.

salienta o espírito de tolerância em detrimento de um fazer político hostil, tido como paroquial. A carta dizia respeito ao ambiente no qual se vislumbrava a possibilidade de um trabalho harmonioso do PSD e do PTB do Rio Grande do Sul adversários desde o final da década de 1940, em favor da candidatura da coligação entre ambos no âmbito nacional – apesentando o general Henrique Teixeira Lott para presidente da República e João Goulart para vice-presidente. Brochado salientava:

> Nosso principal problema consistia em estabelecer entendimento entre o PTB e o PSD [...]. Desde 1950 as duas agremiações achavam-se desavindas, medindo forças e disputando influência, no campo estadual e na esfera municipal. Política de paróquia e por isso mesmo hostil, agressiva e intolerante. Graças a Deus, essa faixa foi superada, com a decisiva colaboração do Governador Brizola, que pôs em prática um sistema de tolerância e compreensão, harmonizando interesses e compondo situações. Hoje, PTB e PSD estão, ao que podemos observar, sinceramente empenhados em reunir esforços e lutar juntos pela vitória de ambos os nossos candidatos, o Marechal Lott e o Dr. Goulart[18].

Havia, conforme Brochado da Rocha, uma forma de fazer política baseada na tolerância e na compreensão, ainda que o aspecto da competição estivesse presente. Esta se contrapunha à política paroquial, ainda assentada na hostilidade, na agressividade e na intolerância. Nas relações políticas entre pares é preciso, desse modo, se considerar um conjunto limitado de práticas tidas como legítimas e seus procedimentos, códigos e regras explícitas ou não. Quando o conflito formalizado dos parlamentos e dos partidos assume o protagonismo da competição política, em detrimento do motim, da guerra civil e de práticas de violência física – embora estas não desapareçam totalmente – as formas de embate político que se ancoram em recursos simbólicos precisam ser suficientemente civilizadas de modo a manter o conflito no plano

[18] AHRS. AP FBR. Carta de Francisco Brochado da Rocha a Tancredo de Almeida Neves. 17/05/1960.

não físico e, ao mesmo tempo, composta por regras reconhecidas por todos os competidores a fim de que o embate possibilite uma competição real entre as elites políticas e não uma mera encenação.

Mais do que propiciar inteligibilidade ao jogo político, as formas e sutilezas da relação entre os pares e do embate retórico possibilitam lances, avanços e recuos naquilo que Pierre Bourdieu (2012) chamou de "jogo de posições". Estão inclusas, portanto, naquelas capacidades cujo aprendizado é necessário aos que pretendem participar do jogo político *profissionalmente*. Seria, porém, uma visão empobrecida aquela que percebesse o embate simbólico, retórico, formalizado, apenas como meio privilegiado da competição política. O falar como fala um tribuno, não somente pela forma, mas pela posição que este ocupa num espaço tido como legítimo, exerce também um papel dentre as finalidades da competição política: o embate retórico se dá no encontro entre falas que conquistaram o direito de falar em nome dos *profanos* e que, portanto, são dotadas de reconhecimento e legitimidade tanto quanto são limitadas, constrangidas e controladas pelas regras deste mesmo espaço no qual e pelo qual se o jogo político se realiza. O que as fotografias do acervo de Francisco Brochado da Rocha evidenciam acerca desse *métier*?

## 3.2 Imagens da experiência democrática no Rio Grande do Sul a partir do acervo de Francisco Brochado da Rocha

As fotografias do acervo de Francisco Brochado da Rocha colocam em evidência as práticas políticas de sua época. São um registro de como as elites políticas buscavam se exibir como detentoras das competências tidas como necessárias para o exercício da política, bem como dos espaços onde se davam essas práticas e essa relação entre pares. São, portanto, imagens construídas acerca do espaço da política e da disposição dos seus agentes na relação com esse espaço e entre si, em um enquadramento que conforma protagonistas e coadjuvantes. Esse

protagonismo pode ser fruto tanto do enquadramento dado pelo fotógrafo, a partir das hierarquias e solenidades que por si já determinam as posições de cada um no jogo político, mas também pela seleção das imagens na composição do acervo pessoal.

Evidentemente, pelas razões apontadas acima, o acervo de Francisco Brochado da Rocha o tem como protagonista. Junto a ele, as lideranças do PSD predominam nas imagens produzidas na primeira década da experiência democrática (1945-1955). Na sequência, até sua morte em 1962, são as lideranças do PTB que compõem a maior parte das cenas junto a Brochado ou mesmo na ausência deste nas fotografias. Isso se dá devido a própria trajetória de Brochado da Rocha, que foi deputado estadual pelo PSD e, mais tarde, ingressou no governo petebista de Leonel Brizola e trabalhou pela aproximação entre as duas siglas. Em um movimento que vai de uma relação entre pares do PSD para uma relação muito próxima com os políticos do PTB, e, concomitantemente, em um movimento que vai da política estadual à nacional, os protagonistas dessas imagens são as principais lideranças políticas oriundas do Rio Grande do Sul.

Nas três imagens a seguir, vemos os trabalhos da Assembleia Constituinte de 1947 no Rio Grande do Sul, tendo Francisco Brochado da Rocha como figura central. Dispostas em ordem cronológica, as três conformam uma narrativa acerca da participação de Brochado da Rocha na constituinte: da posse à leitura do projeto de Constituição, passando pelo trabalho em meio aos livros e anotações.

Posse de Francisco Brochado da Rocha como deputado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em 10 de março de 1947. AHRS. FBR foto 143 [caixa 2].

Deputado estadual Francisco Brochado da Rocha (PSD) e homem não identificado trabalham na Assembleia Constituinte Estadual de 1947. AHRS. FBR foto 54 [caixa 1].

Francisco Brochado da Rocha apresentando o projeto de Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa, 23 de abril de 1947. AHRS. FBR foto 66 [caixa 1].

Estas três fotografias, selecionadas dentre muitas outras similares, dizem respeito ao exercício da política no âmbito da representação parlamentar, onde é necessário ser suficientemente competente na relação com os pares. As duas últimas, especialmente, demonstram a busca por dar visibilidade ao deputado Brochado da Rocha, no processo de constituinte estadual, como detentor das competências necessárias ao legislador.

Outro espaço de relação entre pares é o partido. Devido ao seu processo de constituição, no final do Estado Novo e surgindo da própria máquina política estadual, dos interventores locais e do secretariado estadual, o PSD reunia, no início da experiência democrática, a parcela mais significativa da elite política do Rio Grande do Sul. Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, o partido obteve 17 dos 22 assentos da bancada gaúcha na Câmara dos Deputados. Além disso, elegeu os dois senadores, Getúlio Vargas e Ernesto Dornelles. A imagem a seguir é o registro de uma reunião de candidatos do PSD nas eleições estaduais de 19 de janeiro de 1947:

Candidatos do PDS para as eleições estaduais de janeiro de 1947 no Rio Grande do Sul. AHRS. FBR foto 60 [caixa 2].

Nesta fotografia, vê-se uma longa mesa posta com pratos, taças e talheres, atrás da qual estão perfilados vinte homens. A mesa, e a claridade vinda das janelas, indicam se tratar de um almoço – evidenciando assim o papel das práticas de sociabilidade na vida partidária. Nota-se que todos os candidatos estão trajados da mesma forma: terno e gravata, mais um indicativo de que a atividade política pressupunha o domínio de códigos e etiquetas que davam forma a essas práticas de relações entre pares. A fotografia seguir exibe outra reunião política, nesse caso uma reunião da Ala Moça do PSD:

Reunião da Ala Moça do PSD no Rio Grande do Sul. Datas-limite: 1945-1950. AHRS. FBR foto 152 [caixa 2].

Nessa fotografia é possível observar uma cena típica da atividade partidária: o orador não aparece na fotografia, mas sua sombra, delineada na cortina que é o pano de fundo da cena, evidencia como a política exige de quem a pratica no meio partidário a competência do *debater* e como o político se exibe como detentor de tal competência. A própria sombra, refletida na cortina, é uma imagem do exercício da política e das habilidades necessárias aos profissionais desse meio.

Essa relação entre pares se dava também entre partidários de siglas distintas, cuja convivência, mesmo que no embate, era necessária nos parlamentos. Exemplo disso, temos a fotografia a seguir, que apresenta Francisco Brochado da Rocha ao centro e, ao seu lado, o deputado estadual da UDN, Daniel Krieger – que discursa em um gesto típico do tribuno, com a mão levantada. É a figura típica do orador que exerce por meio da retórica uma parte significativa das competências exigidas pelo seu *métier*.

O deputado estadual Daniel Krieger (UDN) discursa. Ao centro, Francisco Brochado da Rocha. Datas-limite: 1945-1950. AHRS. FBR foto 84 [caixa 2].

Francisco Brochado da Rocha faleceu em 26 de setembro de 1962, poucas semanas após deixar o gabinete de primeiro-ministro e

em plena campanha eleitoral na qual apoiava os candidatos do PTB, entre eles o candidato a senador Antônio Brochado da Rocha, seu irmão. Os funerais são rituais cheios de significados e, no caso de funerais políticos, ganham outra dimensão: a da consagração pública. Mais do que isso, como afirma Angela de Castro Gomes, ao refletir sobre os funerais de Leonel Brizola, mais de quatro décadas depois da morte de Brochado da Rocha, estes são rituais cívicos. Neles, há "encenações sofisticadas, plenas de significados simbólicos, em que uma linguagem é mobilizada, para que um conjunto de valores seja exposto e confirmado" (GOMES, 2016, p. 301).

O velório de Brochado da Rocha foi realizado em Porto Alegre, com a presença do governador Leonel Brizola. A fotografia a seguir exibe o deputado estadual Wilson Vargas (PTB) chorando a morte de Brochado, ao lado de Brizola que vela o corpo à beira do caixão. A posição de Brizola na imagem diz respeito à lógica de ritual cívico que este tipo de funeral assume, mas não somente pelo fato de ele ser o governador do Estado. Desde 1961, com a campanha da Legalidade, Brizola se projetava como uma das lideranças nacionais do PTB. Em 1962, concorria a deputado federal pelo Estado da Guanabara.

Velório de Francisco Brochado da Rocha em 27 de setembro de 1962. AHRS. FRB foto 120 [caixa 2].

Como afirma Letícia Bicalho Canêdo (2005), esse tipo de ritual permite perceber a distinção entre a transmissão do capital econômico e do capital político, pois diferentemente dos herdeiros testamentários, em uma família de políticos, como era o caso dos

Brochado da Rocha, essa transmissão não está limitada aos membros da família. Brizola era a liderança em ascensão que buscava seu espaço na política nacional, velando o corpo da liderança que havia, muito recentemente, ocupado um lugar de destaque na mesma. Isso pode ser observado nas imagens acerca do velório de Getúlio Vargas, em 1954, especialmente na famosa fotografia em que três futuros presidentes da República se perfilam ao lado do caixão de Vargas: Juscelino Kubistchek, João Goulart e Tancredo Neves.

Dessa forma, compreende-se a fotografia na qual o esquife de Francisco Brochado da Rocha é carregado tendo à frente, segurando as primeiras alças, o governador Leonel Brizola e Otávio Caruso da Rocha, filho de Brochado da Rocha, que mais tarde seria eleito deputado estadual pelo MDB e concorreria a vice-governador pelo PDT em 1982.

O filho, Otávio Caruso da Rocha, e o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, carregam o esquife de Francisco Brochado da Rocha. 1962. AHRS. FBR foto 106 [caixa 2].

O estudo do acervo iconográfico de Francisco Brochado da Rocha possibilita uma compreensão mais rica da produção da visibilidade de uma fração da elite política gaúcha por meio da fotografia, além de fornecer elementos para compreensão das práticas políticas do período. Com isso, oportuniza análises acerca dos ritos característicos da política e da forma como tal elite apresentava-se como detentora de um capital político e das competências necessárias à representação política. Entre as fotografias desse acervo, se destacam aquelas relacionadas às campanhas eleitorais, que examinaremos a seguir.

### 3.2.1 As campanhas eleitorais

O período da experiência democrática (1945-1964) foi marcado pela ampliação do eleitorado e por uma competição eleitoral entre os partidos políticos que passava a se dar em marcos bastante distintos dos períodos anteriores. As campanhas eleitorais desse período proporcionaram aos candidatos, dirigentes partidários e correligionários um aprendizado a respeito das práticas de mobilização necessárias para a conquista do voto, sendo que, aos candidatos, tornou-se indispensável a construção de uma imagem de popularidade (ANGELI, 2018). As fotografias do acervo de Francisco Brochado da Rocha apresentam indícios dessas práticas e mesmo de sua materialidade, dos usos de determinado instrumental como faixas, cartazes, bandeiras, palanques, santinhos, cédulas eleitorais. Além disso, evidenciam esse trabalho de construção de uma imagem de popularidade pela forma como os candidatos são enquadrados e associados a multidões receptivas.

Essas fotografias foram pensadas, por quem as produziu, levando em conta um conjunto de elementos tidos como importantes ao expressar imageticamente a atividade política. As fotografias a seguir proporcionam a visualização de práticas de campanha eleitoral nas quais o objetivo é, justamente, o de dar visibilidade aos candidatos. Destas práticas, se evidenciam a

distribuição de panfletos, por meio de uma espécie de banca montada em espaço de uso público, na qual constam cartazes do candidato Brochado da Rocha (havendo, inclusive, uma reprodução de fotografia do candidato no cartaz). Como ainda não havia a cédula oficial de votação emitida pela Justiça Eleitoral, os eleitores tinham que obtê-las junto aos seus candidatos, apoiadores, comitês ou bancas que as distribuíam em diversos pontos. É essa prática que observamos na imagem a seguir:

Distribuição de cédulas eleitoral e propaganda na campanha de Francisco Brochado da Rocha a deputado federal em 1945. AHRS. FBR foto 129 [caixa 2].

Embora a imprensa brasileira estivesse passando por um momento de consolidação do jornalismo comercial na metade do século XX, a relação entre jornalismo e política ainda se dava com grande intimidade e muitos partidos mantinham jornais e revistas,

como foi o caso do PSD em Porto Alegre com o *Correio da Noite* – que circulou em 1945. Os jornais também eram o principal meio de publicação da propaganda partidária e seus espaços eram disputados pelos partidos para divulgação de seus candidatos.

Na foto abaixo, dois jovens apresentam uma edição de jornal ao candidato a presidente Eurico Gaspar Dutra. A fotografia foi produzida durante a visita de Dutra a Porto Alegre na campanha para o pleito de 2 de dezembro de 1945.

O candidato a presidente pelo PSD, general Eurico Gaspar Dutra, em visita a Porto Alegre durante a campanha eleitoral de 1945. AHRS. FBR foto 62a [caixa 1].

Além dessa propaganda veiculada nos jornais e da propaganda realizada nas ruas, com distribuição de santinhos e de cédulas eleitorais, dos cartazes fixados em lugares públicos, do trabalho dos comitês, as campanhas eleitorais desse período tinham nos comícios seus momentos de maior visibilidade. Conforme Antônio Lavareda (1991), a estrutura dos meios de comunicação da época, ainda não hegemonizada pela televisão, era favorável ao desenvolvimento de relações entre candidatos e

eleitores, contribuindo para a criação de laços de identificação com os partidos políticos.

Percorrendo diversas cidades, no caso das campanhas estaduais, e diversas regiões do país no caso das campanhas nacionais, esses roteiros de campanha conformavam um conjunto de práticas que acabavam fornecendo as imagens a serem publicadas nos panfletos, cartazes e nos jornais, bem como os discursos a elas associados, sendo que tudo isso tinha seu ponto culminante nos grandes comícios realizados com a presença de centenas e até mesmo milhares de pessoas – momentos fundamentais na construção dessa imagem de popularidade pelos candidatos (ANGELI, 2018). O comício, momento apoteótico da campanha eleitoral, possibilitava a produção de imagens como essa, do comício de Eurico Dutra em Porto Alegre, em frente ao largo da Prefeitura Municipal, tendo ao fundo o edifício Guaspari, realizado em 1945:

Comício do PSD, com a presença do candidato a presidente Eurico Dutra. Porto Alegre, 1945. AHRS. FBR foto 06 [caixa 1].

A fotografia do desfile do candidato Eurico Dutra na Rua dos Andradas, em Porto Alegre, sob chuva de papéis picados, indica a ideia de receptividade: é fundamental, na busca pelo convencimento, que o candidato seja "bem-recebido" por onde passa. Em seguida, as fotografias da campanha de Henrique Lott no Rio Grande do Sul, em município não identificado, mas provavelmente no interior, indica ao menos duas coisas: primeiramente, a busca por construir uma imagem de proximidade entre candidato e eleitores, que propicia-nos o entendimento das campanhas eleitorais como conjunto de práticas de mobilização; e, juntamente com a anterior, propicia o entendimento das campanhas enquanto série de eventos que rompem com o cotidiano e, portanto, como série de práticas de mobilização que se dão no tempo determinado que antecede às eleições.

Recepção a Eurico Dutra em Porto Alegre na campanha eleitoral de 1945. AHRS. FBR foto 06a [caixa 1].

Henrique Teixeira Lott, candidato a presidente da República pela coligação PSD-PTB, em campanha eleitoral no interior do Rio Grande do Sul. 1960. AHRS. FBR foto 63c [caixa 1].

Recepção ao candidato Henrique Lott no interior do Rio Grande do Sul. AHRS. FBR foto 63d [caixa 1].

Estudos da Antropologia da Política, em especial dos pesquisadores vinculados ao Núcleo de Antropologia da Política do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, demonstram a existência de um *tempo da política* proporcionado pelas campanhas eleitorais: nele, a política invade as atividades cotidianas, rompe com esse cotidiano e possibilita relações sociais entre governantes e governados de forma incomum nos demais períodos. As campanhas modificam a paisagem habitual das localidades, alterando a geografia social e colocando em evidência as disputas entre as facções políticas – propiciando as adesões a uma ou a outra (PALMEIRA; HEREDIA, 2010).

Conforme Irlys Barreira (1998), esses rituais não são meras encenações, mas alegorias que que revitalizam e evidenciam o significado da política. As fotografias das recepções dos candidatos Eurico Dutra, em 1945, e Henrique Lott, em 1960, levam a refletir sobre a importância dessas caravanas de campanha eleitoral, culminando nos comícios, não somente para o estabelecimento de laços de identificação com os partidos, mas para a construção de um interesse pela própria disputa eleitoral. Especialmente no último caso, que exibe a chegada em cidades do interior do Rio Grande do Sul, é possível perceber o impacto dessas práticas em um cotidiano pacato e, por vezes, bucólico.

A imagem a seguir foi produzida durante a campanha de Ernesto Dornelles, eleito governador do Estado do Rio Grande do Sul em 1950. Nela, é possível observar esse efeito apontado pelos antropólogos: a proximidade entre candidatos e eleitores, a necessidade de um convívio dos governantes entre os governados – que não se dá no tempo habitual, mas sim no *tempo da política*. Em que outro momento um senador da República seria flagrado jogando *bocha* com pessoas de um distrito do interior? Mesmo se isso ocorresse eventualmente, o registro fotográfico não ocorre sem a intenção de produzir uma imagem de proximidade do senador, candidato a governador, com seu eleitorado.

Ernesto Dornelles, candidato a governador do Rio Grande do Sul, jogando bocha em roteiro de campanha eleitoral pelo interior. 1950. AHRS. FBR foto 158(1) [caixa 2].

Estudioso da fotografia, John Berger chama a atenção para a produção de uma fotografia como simplificação que permite uma legibilidade. Conforme o autor,

> A escolha constitutiva única do fotógrafo difere das contínuas e mais aleatórias escolhas de alguém que está olhando. Todo fotógrafo sabe que uma fotografia simplifica. A simplificação diz respeito ao foco, tonalidade, profundidade, enquadramento, superação (o que é fotografado não muda), textura, cor, escala, outros sentidos (sua influência na visão é excluída), jogo de luz. Uma fotografia é uma citação de uma determinada aparência, mas, ao citá-la, a simplifica. Essa simplificação pode aumentar sua legibilidade. Tudo depende da qualidade da citação escolhida (BERGER, 2017, p. 118).

Segundo Berger (2017), o comprimento da citação não tem nada a ver com o tempo de exposição, pois não se trata de duração temporal: a escolha do instante fotografado pode levar o observador a imaginar um passado e um futuro a esse instante. No caso da fotografia de Ernesto Dornelles jogando *bocha,* percebe-se uma artificialidade na cena, evidente pela forma como estão

trajadas as figuras centrais na imagem, entre eles Antônio Brochado da Rocha, à esquerda na imagem, e Dornelles, curvado e jogando a *bocha:* chapéus nas mãos, ternos, gravatas, capas e cachecóis indicam um grupo de lideranças em passagem pelo local. É possível, a partir dessa única imagem, pensar em uma sequência de ações no evento: a chegada dos candidatos ao local, os cumprimentos de seus frequentadores habituais, o lance de uma ou duas bolas na *cancha de bocha,* aplausos e cumprimentos, a retirada dos candidatos em direção a outro espaço, a sequência do roteiro de campanha.

Em seu conjunto, as fotografias, embora se refiram a eventos diferentes e mesmo de campanhas eleitorais de anos distintos, permitem perceber uma sequência de rituais, de práticas, de eventos que visavam à mobilização. Elas também permitem perceber a própria construção da imagem pública e a tensão causada no meio político pela necessidade crescente de que se essa imagem construída fosse capaz de exibi-los como líderes dotados não apenas das competências próprias de um tribuno, de um legislador, de um parlamentar ou governante, mas também como políticos dotados de popularidade, de apreço popular, próximos dos seus eleitores e bem recebidos por eles.

A visibilidade dos candidatos e sua presença em diferentes localidades era fundamental nesse processo. Um aspecto reforçava o outro: a presença física dos candidatos, o contato direto com eleitores, a presença no comício gerava imagens que eram reproduzidas nos jornais, revistas, panfletos, cartazes e mesmo retratos distribuídos aos eleitores. Essa necessidade de deslocamento levou a necessidade do uso de aviões, como pode se observar na imagem a seguir, que exibe Francisco Brochado da Rocha chegando ao município de Alegrete/RS para um comício de campanha dos candidatos do PTB em 1962.

Francisco Brochado da Rocha desembarca em Alegrete/RS. 16 de setembro de 1962.
AHRS. FBR foto 25 [álbum 2].

No acervo iconográfico de Francisco Brochado da Rocha, há diversas fotografias de comícios. Nelas, é possível observar dois tipos de enquadramento básicos: em alguns casos, o foco está no palanque, com a centralidade das lideranças que acenam, discursam ou simplesmente perfilam-se ao lado de quem se pronuncia; em outros, é na imagem da assistência que está a preocupação, no público que assiste ao comício. Quando o enquadramento exibe aqueles que discursam nos palanques, temos uma intersecção entre as competências necessárias na relação entre os pares, ligadas, inclusive, à oratória, e aquelas concernentes à relação com o público, com os *profanos* – no caso das campanhas eleitorais, com os apoiadores e eleitores que acompanham o comício. Nas imagens a seguir, vemos a participação de Brochado da Rocha no comício em Alegrete/RS durante a campanha de 1962, em apoio aos candidatos Ruy Ramos, deputado federal, Antônio Brochado da Rocha a senador e Egídio Michaelsen a governador.

Francisco Brochado da Rocha discursa em comício do deputado federal Ruy Ramos em Alegrete. Campanha eleitoral de 1962. AHRS. FBR foto 27 [álbum 2].

Francisco Brochado da Rocha acena em comício na campanha eleitoral de 1962.
AHRS. FBR foto 26 [álbum 2].

Além dos gestos do político, o discurso no microfone, a ênfase com as mãos, os acenos e sorrisos no jogo da mobilização e da própria produção de imagens com este fim, as fotografias acima exibem elementos que dizem respeito a tarefas que antecediam aos comícios, à sua preparação – que é a preparação da própria mobilização, iniciativas necessárias à construção de um interesse pelo evento, do entusiasmo, da receptividade. A montagem do palanque, os panfletos em forma de bandeirinhas penduradas, as faixas confeccionadas, os cartazes colados, as flâmulas distribuídas, evidenciais desse trabalho de mobilização.

As fotografias a seguir dizem respeito ao outro aspecto, o da construção da própria imagem da campanha e do candidato, a construção da popularidade. Embora sejam imagens de campanhas distintas, sendo que a primeira diz respeito às eleições estaduais de 1962 e a segunda tem data incerta, ambas demonstram o papel do enquadramento nessa construção.

Comício do PTB na campanha eleitoral de 1962 no Rio Grande do Sul. AHRS. FBR foto 158(2) [caixa 2].

Comício. Datas-limite: 1945-1962. AHRS. FBR foto 158(3) [caixa 2].

A primeira das duas fotografias acima apresenta uma visão mais distante do palanque, lateral, na qual podemos observar um conjunto pequeno de pessoas que acompanham ao comício. Com base nas pesquisas em jornais do Rio Grande do Sul sobre as campanhas eleitorais de 1945 a 1958, realizadas pelos autores, é possível afirmar que este não é o padrão de imagem que as propagandas dos candidatos reproduziam na imprensa. Recorrente nessas publicações eram as reproduções de fotografias como a segunda imagem, cuja data não foi possível aferir.

Nela, vemos uma massa compacta, onde muitos homens e algumas mulheres se aglomeram em frente ao palanque de um comício, sorriem, acenam, balançam chapéus. Nela, alguns fazem gestos com a mão que representam a letra vê de vitória. Sua produção enquanto imagem se dá, certamente, com vistas a uma vitória nas urnas. Sua reprodução, na construção de uma imagem pública de popularidade, cumpre um papel importante nas campanhas eleitorais dessa experiência de democracia que viu crescer a parcela de eleitores no conjunto da população. São imagens da própria experiência democrática em um momento crucial, o da competição entre as elites políticas pela adesão e pelo voto.

# Considerações finais

Ao historiador que se dedica à análise de acervos particulares, como o de Francisco de Paula Brochado da Rocha, é possível visualizar redes de sociabilidade, esboçadas através da prática de relacionamento pessoal, social e também político, e reveladas a partir de cartas, bilhetes, anotações e fotografias, que evidenciam acontecimentos, práticas políticas e trocas intelectuais. Por sua vez, as fotografias destes acervos, enquanto documentos e no cruzamento com outras fontes históricas, para além da verdade iconográfica, nos permitem também uma análise iconológica, ou seja, no âmbito daquilo que não é explicito na imagem.

Ainda pouco explorado em pesquisas acadêmicas, o acervo de Brochado da Rocha constitui-se enquanto uma fonte riquíssima de estudos, tanto acerca da trajetória deste político, de atuação destacada nos âmbitos estadual e nacional entre os anos de 1945 e 1962, quanto sobre a política do Rio Grande do Sul durante a experiência democrática brasileira, perpassando uma série de importantes eventos ocorridos neste período e dando destaque a diversos outros relevantes agentes políticos da época. Seu acervo iconográfico, em particular, além de possibilitar um maior entendimento acerca da produção da visibilidade de uma fração da elite política gaúcha por meio da fotografia, traz à luz elementos que nos permitem uma maior compreensão deste momento singular da história nacional, evidenciando, através da imagem, práticas políticas e formas de relacionamento com os pares.

Com base nisso, buscamos destacar no decorrer deste trabalho, a partir das fotografias selecionadas, uma série de ritos característicos e formas como uma elite política nelas retratadas procurou se apresentar como detentora de uma série de

competências necessárias à representação política, assim como os espaços onde se davam estas práticas. Seja no âmbito partidário ou da representação parlamentar, estas fotografias colocaram em evidência, por exemplo, a importância do domínio das competências próprias de um legislador, de práticas de sociabilidade na vida partidária e de códigos e etiquetas: um conjunto de capacidades, as do *debater*, essenciais no trato com os demais profissionais da política.

Por sua vez, no que tange à relação com os eleitores, as campanhas eleitorais ocuparam um lugar de destaque na análise realizada. Distribuição de panfletos, santinhos, cédulas, fixação de cartazes, publicação de propaganda partidária na imprensa, caravanas e comícios: práticas evidenciadas a partir das imagens trabalhadas e que revelam a importância das mesmas para o fazer da política durante a experiência democrática, tanto para a construção de uma imagem de popularidade e de uma ideia de proximidade entre eleitores, candidatos e partidos políticos, quanto para a demonstração de domínio de um conjunto de competências necessárias na relação com estes *profanos*, as do *tribuno*.

Ao finalizarmos este trabalho, em tempos de ataques à nossa jovem e frágil democracia, destacamos a importância da reflexão acerca do período que se estende de 1945 a 1964 para uma maior compreensão da construção da cidadania política no Brasil, bem como da herança deixada por esta experiência democrática à política nacional, especialmente no que diz respeito às relações estabelecidas entre políticos, partidos e povo. Também em tempos de investidas contra a educação, a cultura e a ciência – em especial as humanas – no país, reiteramos o nosso desejo de, com esta publicação, contribuir não apenas com a promoção do acervo de Francisco Brochado da Rocha, mas também com a divulgação da importância dos demais acervos custodiados no AHRS para a memória política e para a pesquisa histórica.

# Referências


ANGELI, Douglas Souza. Santinhos, comícios e apertos de mão: sobre o estudo da mobilização eleitoral na experiência democrática. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza. *Capítulos de História Política*: fontes, objetos e abordagens. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 335-353.

ANGELI, Douglas Souza; ALVES, Samuel da Silva. Imagens da política no Rio Grande do Sul: as fotografias do acervo particular de Francisco de Paula Brochado da Rocha (1945-1962). In: *Anais IV Jornadas Mercosul*. Canoas: Unilasalle, 2016, p. 161-170.

ANGELI, Douglas Souza; ALVES, Samuel da Silva. Imagens da experiência democrática: as fotografias do acervo de Francisco de Paula Brochado da Rocha. *Revista Memória em Rede*, v. 11, p. 142-149, 2019.

BARREIRA, Irlys Alencar Firmo. *Chuva de papéis*. Ritos e símbolos das campanhas eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, NUAP, 1998.

BERGER, John. *Para entender uma fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo burocrático. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. Campinas/SP: Papirus, 1996, p. 91-123.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política. *Pro-Posições*, Campinas, v. 13, n. 39, p. 169-198, 2002.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Ritos, símbolos e alegorias no exercício profissional da política. In: CANÊDO, Letícia Bicalho (Org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.p. 477-506.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb.

CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha* (1930-1964). Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

COSTA FRANCO, Sérgio da. *Dicionário político do Rio Grande do Sul*. 1821-1937. Porto Alegre: Suliani Letra e Vida, 2010.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Lisboa: Editorial estampa, 1987.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Vol. 2: Formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart – uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GOMES, Angela de Castro. Brizola e o brizolismo. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (orgs.). *A razão indignada*: Leonel Brizola em dois movimentos (1961-1964 e 1979-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 299-310.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Entre a barbárie e a civilização: os conflitos armados no período republicano. In: NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (orgs). *O continente em armas*: uma história da guerra no Sul do Brasil. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Os nomes de poder*: a Faculdade de Direito de Porto Alegre, o ensino jurídico e a política no Brasil (1900-1937). Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2017, p.

HUIZINGA, Johan. *Homo ludens*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ática, 1989.

KRIEGER, Daniel. *Desde as Missões...* Saudades, lutas, esperanças. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1976.

LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas:* o processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: Rio Fundo; IUPERJ, 1991.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas/SP: UNICAMP, 2003.

MAUAD, Ana Maria. *Poses e flagrantes*: ensaios sobre história e fotografias. Niterói, RJ: UFF, 2008.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz Maria Alasia. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, NUAP, 2010.

WEBER, Max. A política como vocação. In: _____. *Ciência e política*: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011, p. 65-157.

# Informações sobre os autores

**Douglas Souza Angeli** – Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista do CNPq. Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Contato: douglasangeli@hotmail.com.

**Samuel da Silva Alves** – Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista do CNPq. Graduado em História pela Universidade La Salle (Unilasalle). Contato: samuel.alves13@outlook.com.

A realização deste trabalho somente foi possível devido à concessão de bolsas de mestrado e doutorado pelo CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil, que possibilitam a realização de pesquisas de mestrado e doutorado com dedicação exclusiva. Salientamos, a partir disso, a importância da continuidade dos investimentos públicos em educação e pesquisa científica nas diferentes áreas, incluindo as Ciências Humanas, sem cortes e retrocessos.